



CONGRESSO DAS REDES DA DIÁSPORA PORTUGUESA JUNTOU MAIS DE 500 PARTICIPANTES NO PORTO

A Cidade de Porto acolheu, nos dias 13 e 14 de julho de 2019, nas instalações da Ordem dos Contabilistas Certificados, o I Congresso Mundial de Redes da Diáspora Portuguesa, sob o tema “Por Uma Visão Estratégica Partilhada”.

O I Congresso Mundial de Redes da Diáspora Portuguesa foi um sucesso. Segundo a organização, os objetivos principais do evento foram cumpridos: reunir representantes e protagonistas das diversas Redes dos Portugueses da Diáspora; reconhecer a sua função, quer na comunidade em que se inserem, quer na sociedade dos países de acolhimento; valorizar o seu trabalho e percursos; recolher os seus contributos e visões; e, de forma partilhada, continuar a desenvolver e a aprofundar uma estratégia comum que apoie a concretização das aspirações dos portugueses no mundo.

Os trabalhos organizaram-se em torno de seis das principais Redes da Diáspora Portuguesa: a Rede do Associativismo; a Rede da Ciência e do Conhecimento; a Rede da Economia e do Desenvolvimento; a Rede da Cidadania e dos Lusoleitos; a Rede do Apoio Local; e a Rede dos Órgãos de Comunicação Social da Diáspora.

Com mais de meio milhar de participantes, oriundos de 36 países dos cinco continentes, este evento foi um lugar de partilha de experiências, espaço de informação e avaliação das políticas públicas para as Comunidades Portuguesas.



O ministro dos Negócios Estrangeiros, Santos Silva, foi um dos primeiros a intervir, destacando que a melhor forma das redes da diáspora se articularem é trabalharem em conjunto.

«Como é que as várias redes de que hoje dispomos, a rede consular, órgãos de comunicação social portugueses e de língua portuguesa, rede consular e diplomática, das associações, das academias, dos luso-eleitos e das comunidades profissionais, como pomos estas redes em contacto, como trabalhamos mais uns com os outros para melhorar, potenciar e aumentar qualitativamente o impacto da nossa ação», questionou Augusto Santos Silva na abertura do congresso.



Por sua vez, o primeiro-ministro António Costa sublinhou a importância de aproximar comunidades, assumindo que a diáspora é uma prioridade.



António Costa fixou eixos que convém continuar a fortalecer: reforçar os vínculos entre as comunidades, melhorar os serviços que o país dispõe destinados às pessoas que não estão dentro de fronteiras, expandir a rede de ensino do Português, criar mecanismos de apoio ao regresso.

Diáspora deve ser «prioridade global» dos portugueses

O Presidente da República fez questão de marcar presença no congresso e apontou como «grande desafio» do país colocar a diáspora como «prioridade global» dos residentes em território nacional, porque a presença dos portugueses «no mundo» é uma das razões pelas quais eles «são muito bons».

«Há aqui uma luta cultural que é um desafio para a diáspora também: explicar aos portugueses que somos muito bons e que uma das razões para isso tem a ver com a nossa presença no mundo», disse Marcelo Rebelo de Sousa, na sua intervenção.

O chefe de Estado explicou que este é o desafio que o «preocupa mais» e para o qual não tem encontrado solução, porque para os portugueses residentes em Portugal a emigração é um «problema e vivência pessoal, mas não uma prioridade global».

O arcebispo D. José Tolentino de Mendonça, que também participou no evento, deixou ainda uma sugestão: é importante destruir preconceitos, é necessário escutar melhor a nossa diáspora para abrir espaço para se criar uma reciprocidade generativa.

Durante a tarde, os debates nos seis painéis de trabalho decorreram de forma

construtiva, num exercício de reflexão conjunta que originou ideias e propostas e de onde resultaram um conjunto de conclusões, assentes em três pilares que todos os participantes consideraram ser fundamentais:

1. Honrar e valorizar o legado da diáspora portuguesa no mundo, porque valorizar a Diáspora é valorizar Portugal. Homenageemos, pois, os mais de cinco milhões de Portugueses e Lusodescendentes na Diáspora, uma poderosa força cívica, económica, social e cultural e um importante ativo estratégico para a afirmação de Portugal no mundo.

2. Reforçar ainda mais a ligação da diáspora a Portugal, tendo como alicerce programas, medidas e apoios dirigidos aos que regressam, aos que permanecem e aos que estão em mobilidade, e destinados a agilizar e modernizar a sua ligação às entidades públicas nacionais; apoiar o exercício da sua cidadania e a sua representatividade no país e no mundo; aprofundar a solidariedade e incentivar o seu empreendedorismo económico, social e cultural; e mantendo, nesta perspetiva, a continuidade na política de modernização do apoio consular e de proximidade aos nossos concidadãos no mundo.

3. Continuar a apoiar as redes de contacto da diáspora e a sua interação, de forma partilhada, solidária e sustentada, para que se constituam cada vez mais num motor de progresso e afirmação – em Portugal, nas comunidades portuguesas e lusodescendentes em que se inserem e nas sociedades e instituições dos países onde residem. Prossigamos este exercício de reflexão comum e diálogo com vista à realização dos próximos Congressos Mundiais de Redes da Diáspora Portuguesa, numa base bianual.



empendedorismo económico, social e cultural; e mantendo, nesta perspetiva, a continuidade na política de modernização do apoio consular e de proximidade aos nossos concidadãos no mundo.

Houve ainda espaço para uma cerimónia de homenagem, com atribuição de Medalhas de Mérito das Comunidades Portuguesas aos anteriores secretários de Estado das Comunidades Portuguesas Carlos Gonçalves, João Rui de Oliveira, José Lello a título póstumo, Manuela Aguiar e José Vitorino, assim como à Subdiretora Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, Maria José Carujo, ao Diretor de Serviços Regionais daquela Direção Geral, Jorge Carlos Oliveira, e ainda à jornalista da RDP Internacional, Paula Machado Oliveira.

No decurso do evento teve ainda lugar uma cerimónia assinalando o reconhecimento da Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa enquanto “primeira câmara de comércio e indústria portuguesa no estrangeiro”, no âmbito da recente alteração do regime jurídico destas entidades, conferindo-lhes a faculdade de obtenção do estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública. ●